

Avaliação da educação básica e qualidade do ensino: estudo sobre os anos finais do ensino fundamental da rede municipal de ensino de São Paulo¹

*Evaluation of basic education and quality of education: study on the final years
of basic education of the municipal education network in São Paulo*
*Evaluación de la educación básica y calidad de la educación: estudio sobre los
años finales de educación básica de red municipal de la educación
de São Paulo*

CRISTIANE MACHADO
OCIMAR MUNHOZ ALAVARSE
ADOLFO SAMUEL DE OLIVEIRA

Resumo: O artigo estuda os resultados, na Prova Brasil, dos alunos dos anos finais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Contextualiza a avaliação da educação básica no país e ressalta a criação da Prova Brasil e do IDEB como elementos balizadores do debate sobre a qualidade do ensino. Analisa o objetivo do IDEB de ser um indicador de qualidade da educação e conclui que, embora ele não contemple toda a qualidade da educação escolar, evidencia determinada e importante qualidade das escolas e redes. Explora os resultados dos alunos e escolas na trajetória histórica das aferições da Prova Brasil, comparando-os com a escala de proficiência criada pela SME-SP para classificar os alunos na Prova São Paulo, avaliação externa dessa rede, que tem como referência os critérios da escala Saeb. Conclui ressaltando que a investigação dos dados das escolas municipais paulistanas pode fortalecer a compreensão da avaliação não como fim em si mesmo, mas como oportunidade de associá-la às transformações necessárias para a escola pública garantir o sucesso de seus alunos.

Palavras-chave: qualidade do ensino, avaliação externa, Prova Brasil.

Abstract: This article examines the results of students in the final years of basic school in the municipal education network of São Paulo. It contextualizes the creation of assessment of basic education in the country. The article highlights the creation of Brazil Exam and IDEB as bounding elements of the debate on the quality of teaching. It analyzes the goal of IDEB to be an indicator of quality of education and concludes that, although it does not provide all the quality of school education, it reveals some important quality of schools and networks. The article explores the results of the students and schools in the historical trajectory of the measurements of Brazil Exam comparing them with the proficiency scale created by the SME-SP to classify students in São Paulo Exam, an external evaluation of this network, which refers to the

1 - Versão revista e ampliada de trabalho apresentado no IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação, realizado em Porto – Portugal, de 14 a 16 de abril de 2014.

criteria of the Saeb scale. The study concludes by noting that the research data of the São Paulo municipal schools can strengthen the understanding of the assessment not as an end in itself, but as an opportunity to associate it with the necessary changes to the public school to ensure the success of their students.

Keywords: Quality of teaching, external evaluation, Brazil Exam.

Resumen: El artículo analiza los resultados de los estudiantes en los últimos años de la escuela primaria de la Red Municipal de São Paulo en Prueba Brasil. Establece la evaluación de la educación básica en el país y destaca la creación del Prueba Brasil y IDEB como en la adopción de elementos en el debate sobre la calidad de la enseñanza. Analiza el objetivo de IDEB a ser un indicador de la calidad de la educación y concluye que, a pesar de que no proporciona toda la calidad de la educación escolar, y revela una cualidad importante de las escuelas y las redes. Explora los resultados de los estudiantes y las escuelas en la trayectoria histórica de las mediciones de la Prueba Brasil comparándolas con la escala de competencia creado por la SME- SP para clasificar a los alumnos de Prueba Sao Paulo, la evaluación externa de esta red, que hace referencia a los criterios de la escala Saeb. Concluye señalando que los datos de la investigación de las escuelas municipales de São Paulo pueden fortalecer la comprensión de la evaluación no como un fin en sí mismo, sino como una oportunidad de asociarse con los cambios necesarios en la escuela pública para garantizar el éxito de sus estudiantes.

Palabras clave: calidad de la enseñanza, la evaluación externa, Prueba Brasil.

INTRODUÇÃO

Ao mesmo tempo em que presenciamos a ampliação de estudos e debates sobre avaliação da educação básica, observamos o fortalecimento da discussão da importância da qualidade na educação, principalmente como meta a ser atingida pelos sistemas de ensino.

Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 990) destacam que os contornos adquiridos pela premência da qualidade no contexto da universalização do ensino fundamental tem respaldo na disponibilização dos dados gerados pelas avaliações em larga escala, que evidenciou, mediante os resultados aferidos por seus instrumentos de avaliação, o “grave problema” da qualidade dos sistemas de ensino, impelindo muitos pesquisadores e gestores a se debruçarem sobre o tema.

Criado em 1990, principal iniciativa governamental de avaliação externa em larga escala, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), tem registrado historicamente a precária qualidade do ensino ofertado, contribuindo para o aumento da visibilidade teórica e social da questão da qualidade da educação. Com base nesse quadro, o governo federal criou, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para ser “um indicador de qualidade educacional” (FERNANDES, 2007, p. 6). Como indicador, o IDEB combina os resultados

de desempenho nas provas padronizadas do Saeb com taxas de aprovação dos alunos, o que nos permite afirmar que seu princípio de qualidade é o de uma educação na qual os alunos aprendam e na qual também sejam aprovados.

Embora compreendendo que qualidade da educação “é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões” (DOURADO, 2007, p. 9), não podemos deixar de considerar que os indicadores que compõem o IDEB - desempenho em leitura e resolução de problemas e a aprovação - são componentes relevantes do processo escolar que se pretenda de qualidade. Portanto, no escopo deste estudo utilizaremos como referência de qualidade do ensino os resultados obtidos na Prova Brasil pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

O objetivo deste estudo é analisar possíveis contornos da qualidade do ensino dos anos finais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Para tanto, são apresentados resultados das médias de proficiência dos alunos da Rede e de algumas escolas na Prova Brasil, cotejando os com os critérios de classificação da SME-SP, que utiliza a escala Saeb para estabelecer níveis de desempenho dos alunos em função da sua proficiência na Prova São Paulo e com o nível socioeconômico (NSE) médio das escolas selecionadas.

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E QUALIDADE: RELAÇÕES E LIMITAÇÕES

Mesmo sendo a questão da qualidade tema pouco recente no contexto educacional brasileiro a criação do Saeb, em 1990, foi, sem dúvida, importante marco no debate em torno da qualidade da educação. Os dados disponibilizados pelo sistema de avaliação possibilitaram verificar e acompanhar nas séries históricas produzidas os patamares do desempenho dos alunos em língua portuguesa e matemática nas provas padronizadas e identificara ampla desigualdade nas aprendizagens obtidas por eles nos vários cantos do nosso país.

Sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia do Ministério da Educação (MEC) encarregada de operacionalizar seus processos avaliativos, o Saeb, visando a aprimorar seus mecanismos, passou por várias mudanças até chegar naquela que oportunizou a criação do IDEB em 2007.

Em 2005, o Sistema foi desdobrado em duas avaliações: a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) e a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb). Na edição de 2011, a Anresc, conhecida pelo nome de Prova Brasil e projetada com um desenho censitário, teve suas provas aplicadas nas escolas públicas de ensino fundamental regular com 20 ou mais alunos matriculados

na série avaliada. Já a Aneb, que manteve o desenho original de avaliação por amostragem do Saeb, teve suas provas, referentes ao ensino fundamental regular, aplicadas nas escolas públicas, que tinham de dez a 19 alunos matriculados nas séries avaliadas, e nas escolas privadas, que tinham dez ou mais alunos matriculados em tais séries. No ensino médio regular, as provas da Aneb foram aplicadas tanto nas escolas públicas quanto nas escolas privadas, que tinham dez ou mais alunos matriculados na série avaliada. De todas essas avaliações, participaram alunos de quinto e nono anos do ensino fundamental e terceira série do ensino médio.

No que diz respeito aos participantes, a diferença entre as duas avaliações tem desdobramentos importantes para a abordagem da qualidade do ensino das escolas que fazemos neste trabalho. Enquanto a Anresc é de aplicação amostral, a Prova Brasil é censitária, e o fato de serem avaliados todos os alunos, que se enquadram nos critérios exigidos para participar da referida prova permite que os resultados desta sejam fornecidos por escola, ao passo que aquela apenas permite resultados por estados, regiões e país. Assim, com a Prova Brasil há a possibilidade de os profissionais das escolas e os gestores educacionais reconhecerem, nos resultados da avaliação, aspectos e consequências do trabalho desenvolvido em suas unidades educacionais.

Estudo de Bonamino e Sousa (2012, p. 379) mostra dados que evidenciam a relevância numérica da diferenciação entre as duas avaliações em relação ao contingente de alunos avaliados, como exemplo da dimensão capilar do Saeb e da Prova Brasil. As autoras sublinham que:

A introdução da Prova Brasil em 2005 e sua repetição, a cada dois anos, permitem a comparação, ao longo do tempo, entre as escolas que oferecem o ensino fundamental. Em sua primeira edição, ela avaliou mais de 3 milhões de alunos em aproximadamente 45.000 escolas urbanas de 5.398 municípios; foi muito além, portanto, do Saeb, que avalia, em média, uma amostra de 300.000 alunos.

Dois anos após a criação da Prova Brasil, o governo federal criou, em 2007, o IDEB, com metas projetadas para as escolas e redes considerando os dados já obtidos com a aplicação da Prova Brasil e com o Censo Escolar em 2005. Reynaldo Fernandes (2007, p. 6), presidente do Inep à época da criação do IDEB, explicitou que esse índice estava sendo criado para ser um “um indicador de qualidade educacional” e também para possibilitar um “monitoramento permanente e medição do progresso dos programas em relação às metas e resultados fixados” na educação brasileira.

O IDEB atingiu tal peso na educação brasileira que figura como indicador da qualidade nacional, compondo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, conforme expresso na Lei 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 (BRASIL, 2014).

Como indicador de qualidade, o IDEB, ao combinar os resultados de desempenho nas provas do Saeb/Prova Brasil com taxas de aprovação de cada uma das unidades – escolas e redes – para as quais é calculado, expressa uma concepção limitada de qualidade da educação escolar ao desconsiderar aspectos relevantes do processo pedagógico e, até mesmo, do processo educacional. O Decreto nº 6.094 de 2007 diz:

Art. 3- A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, 2007)

Apesar dessa limitação na concepção de qualidade, é possível considerar algumas potencialidades no IDEB. Os dados produzidos e divulgados podem favorecer uma apreensão, mesmo que não na sua totalidade, da realidade educacional brasileira. As informações produzidas sobre as proficiências dos alunos articuladas à aprovação evidenciam a associação de importantes dimensões do processo pedagógico que, culturalmente, aparecem antagônicas em alguns discursos e propostas educacionais: o aumento da aprovação e o aumento do desempenho dos alunos. Embora esses dados não expressem toda a qualidade do ensino escolar um ensino que se pretenda de qualidade não pode, sem dúvida, prescindir deles.

Além disso, é incontestável que a criação do IDEB contribuiu para alcançarmos outro nível na percepção social do que é qualidade na e da educação. Ao estabelecer uma referência objetiva do significado de qualidade, o IDEB elevou os debates impelindo-os a primarem por definições de qualidade ao utilizarem o conceito. Até então, as discussões sobre o tema eram muito mais áridas e sinuosas.

Qualidade na educação, em compreensão para além da perspectiva deste estudo, é um fenômeno complexo que possui determinações intraescolares e extraescolares. Para efeito de um melhor entendimento, podemos destacar como fatores intraescolares que se relacionam com a qualidade: currículo, formação docente, gestão escolar, avaliação da aprendizagem, condições de trabalho, infraestrutura das escolas, dentre outros; como fatores extraescolares é possível citar: condições de vida da população, capital econômico, cultural e social das famílias dos alunos, entorno social da escola, distribuição de renda, violência, entre outros. Apesar disso, é essencial ressaltar que o aumento do desempenho dos alunos nas provas padronizadas é parte importante desse fenômeno, ainda que este não se esgote naquele. A obtenção de indicadores das proficiências dos alunos revela parâmetros para analisar a aprendizagem, permite o aprofundamento

do diagnóstico da situação da educação brasileira e o delineamento de iniciativas de políticas educacionais para enfrentar os desafios verificados nesse contexto.

A análise dos dados coletados nas aferições da Prova Brasil pode indicar os contornos da qualidade da educação básica no país, bem como fornecer elementos para o direcionamento de políticas com vistas a equacionar dificuldades apresentadas pelos sistemas educacionais. Nesse sentido, são explorados, a seguir, alguns resultados dos alunos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP) referentes aos anos finais do ensino fundamental, que serão examinados à luz da escala criada pela Secretaria Municipal de Educação (SME-SP) para classificar os alunos em função da sua proficiência na Prova São Paulo, a avaliação externa dessa Rede.

DADOS E ANÁLISES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

Ainda que sem explorar todas as possibilidades de estudos que os dados permitem, apresentamos algumas análises dos resultados da Prova Brasil relativos aos anos finais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP).

A Rede Municipal de Ensino de São Paulo é uma das maiores redes públicas do país. De acordo com o Censo Escolar de 2012, possuía 686.587 alunos nas etapas iniciais da educação básica. Desse total, 240.765 alunos estavam na educação infantil, sendo 60.278 na creche e 180.487 na pré-escola; 445.822 no ensino fundamental, sendo 204.526 nos anos iniciais e 241.296 nos anos finais.

No Quadro 1 encontramos os dados disponibilizados pelo Inep relativos ao IDEB, à meta para a RME-SP e às notas médias na Prova Brasil, bem como detalhamentos dos componentes desse indicador nas quatro aferições já realizadas.

Quadro 1 – IDEB, Meta, Taxa de aprovação, Nota Padronizada e Proficiências em Matemática e Língua Portuguesa na Prova Brasil. Anos finais do ensino fundamental. Rede Municipal de Ensino São Paulo. 2005 a 2011

	2005	2007	2009	2011
IDEB	4,1	3,9	4,2	4,3
Meta	-	4,1	4,3	4,6
Taxa de aprovação	93,1%	88,6%	92,3%	92,7%
Nota padronizada	4,42	4,41	4,51	4,65
L. Portuguesa	226,5	227,2	234,9	238,6

	2005	2007	2009	2011
Matemática	238,7	237,7	235,9	240,5

Fonte: MEC/Inep

No ano de 2007, observamos uma queda de 0,2 pontos no IDEB, que se explica pela diminuição, em quase cinco pontos percentuais na aprovação dos alunos. A ligeira queda na média das proficiências dos alunos em Matemática não provocou perda de pontos no IDEB porque a nota foi compensada pela ampliação, mesmo que pequena, em Língua Portuguesa. No Quadro 1, apreende-se, também, que a média da rede em 2011 está 0,3 pontos aquém da meta estabelecida pelo Inep e, a cada aferição, aumenta a distância entre a média alcançada pela rede e a meta projetada.

Os dados do Quadro 2 mostram a situação dos anos iniciais da RME-SP, com base nos mesmos dados expostos no Quadro 1 sobre os anos finais do ensino fundamental. Nele, vemos que a média alcançada em 2011 também está abaixo da meta projetada, porém com diferença bem menor do que a encontrada nos anos finais.

Quadro 2 – IDEB, Meta, Taxa de aprovação, Nota Padronizada e Proficiências em Matemática e Língua Portuguesa na Prova Brasil. Anos iniciais do ensino fundamental. Rede Municipal de Ensino São Paulo. 2005 a 2011

	2005	2007	2009	2011
IDEB	4,1	4,3	4,7	4,8
Meta	-	4,1	4,5	4,9
Taxa de aprovação	94,9%	92,6%	94,7%	95,4%
Nota padronizada	4,29	4,60	4,96	5,03
L. Portuguesa	166,4	168,6	177,7	181,6
Matemática	172,8	187,0	197,5	197,5

Fonte: MEC/Inep

As médias apresentadas nos Quadros 1 e 2 indicam um crescimento do IDEB da primeira aferição, em 2005, para a última, em 2011. Tendo como princípio que o IDEB é um indicador de qualidade, é possível afirmar que a RME-SP tem mais qualidade em 2011 do que tinha em 2005, embora ela esteja abaixo da média projetada pelo Inep para as duas etapas do ensino fundamental.

Como afirmado anteriormente, porém, o IDEB é formado pela articulação entre as proficiências dos alunos na Prova Brasil e a aprovação. Nesse sentido, para observarmos de forma analítica a qualidade que o IDEB expressa, é oportuna uma imersão nesses dados para além das médias mostradas nos Quadros

1 e 2, o que nos remete à variabilidade dos dados.

Para salientar outros elementos da variabilidade de resultados de alunos e escolas, tomamos como referência os critérios de classificação da SME-SP, que utiliza a escala Saeb, para estabelecer níveis de desempenho dos alunos em função da sua proficiência na Prova São Paulo, a avaliação externa dessa rede.

Vejamos a classificação apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação dos Níveis de Desempenho e dos Níveis de Proficiência, para a 8ª série / 9º ano do Ensino Fundamental				
Disciplinas	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado
Língua Portuguesa	<200	200 a <275	275 a <325	≥ 325
Matemática	<225	225 a <3	300 a < 25	≥ 350

Fonte: SME-SP

Nosso objetivo é, a partir da desagregação dos dados que compõem o IDEB, especialmente a proficiência dos alunos, examinar se houve ampliação na aprendizagem dos alunos ao longo da série histórica da aferição da Prova Brasil.

Para conhecer a distribuição dos alunos do 9º ano do ensino fundamental da RME-SP nessa classificação, o que faremos na Tabela 2, é preciso considerar os resultados individuais dos alunos em cada edição da Prova Brasil, disponibilizados pelo Inep a partir de 2007, por meio dos microdados dessa avaliação.

Antes de adentrarmos os resultados dos alunos, é necessário fazer alguns esclarecimentos, pois o Inep fez, ao longo das aferições, mudanças na forma de disponibilizar os dados. Para um melhor entendimento da exposição, destacamos algumas diferenças importantes entre a edição de 2007 e a de 2011, já que nesta última: a) foram divulgados somente os resultados das escolas cuja taxa de participação dos alunos no momento da prova foi de pelo menos 50%; b) os alunos que não estavam declarados no Censo Escolar 2011 e que não responderam a pelo menos três questões das provas de língua portuguesa e de matemática tiveram suas notas desconsideradas para o cálculo das proficiências; e c) foram introduzidos pesos para os alunos, a despeito de seu caráter censitário, com o intuito de ponderar o impacto daqueles que não realizaram a prova. No tratamento dos dados, que fizemos para conhecer o percentual de estudantes em cada nível de desempenho, consideramos como *missing values* os alunos que fizeram a Prova Brasil 2011, mas não atenderam às duas primeiras condições, os quais somam 10.165 alunos. Em relação a 2007, especificamente, ressaltamos que, na contagem que fizemos do desempenho dos alunos, consideramos como *missing values* aqueles que estavam com nota zero, sendo 57 em língua portuguesa e 64 em matemática.

Além disso, pelo fato dos microdados da Prova Brasil de 2007 não conterem os pesos dos alunos, não introduzimos essa ponderação no cálculo elaborado com os dados de 2011. Feitas essas considerações, temos os seguintes números:

Tabela 2 – Distribuição dos alunos por nível. 9º ano do ensino fundamental. Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Língua Portuguesa. Prova Brasil 2007 e 2011

	2007		2011	
	Nº de Alunos	% de Alunos	Nº de Alunos	% de Alunos
Abaixo do Básico	12.610	29,8	10.651	21,8
Básico	22.910	54,2	26.466	54,2
Adequado	6.151	14,5	10.104	20,7
Avançado	630	1,5	1.614	3,3
Total	42.301	100	48.835	100

Fonte: MEC/Inep

A Tabela mostra que, de 2007 para 2011, diminuiu em quase 8% o número de alunos com desempenho *Abaixo do Básico* e manteve-se estável a porcentagem de alunos que se encontravam no *Básico*. Nos dois níveis superiores, houve uma ampliação de aproximadamente de 6% no *Adequado* e 2% no *Avançado*. Os números ressaltam um avanço na aprendizagem dos alunos em Língua Portuguesa, enquanto diminuiu o contingente de alunos no nível *Abaixo do Básico*, aumentou o dos que estavam nos níveis *Adequado* e *Avançado*.

Em Matemática, de acordo com Tabela 3, observa-se um movimento semelhante. Vejamos:

Tabela 3 – Distribuição dos alunos por nível. 9º ano do ensino fundamental. Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Matemática. Prova Brasil 2007 e 2011

	2007		2011	
	Nº de Alunos	% de Alunos	Nº de Alunos	% de Alunos
Abaixo do Básico	16.766	39,6	17.671	36,2
Básico	22.361	52,9	26.324	53,9
Adequado	2.915	6,9	4.392	9,0
Avançado	252	0,6	448	0,9
Total	42.294	100	48.835	100

Fonte: MEC/Inep

Pode-se notar, também, avanço em Matemática de 2007 para 2011, assim como em Língua Portuguesa, pois diminuiu em quase 3% o número de alunos com desempenho Abaixo do Básico e houve uma leve ampliação de alunos no nível Básico. Nos dois níveis superiores, houve uma ampliação de aproximadamente 3% no Adequado e 0,3% no Avançado.

O mesmo exercício, porém com as escolas, substituindo a proficiência individual dos alunos pela proficiência média das escolas, destaca outra realidade. Observando os dados relacionados, vemos que a fotografia da distribuição das escolas da RME-SP em níveis de desempenho é bastante diferente daquela observada nos alunos. Os números das Tabelas 4 e 5 revelam isso. Primeiramente, destacamos as proficiências médias das escolas em Língua Portuguesa:

Tabela 4 – Distribuição das Médias das Escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Língua Portuguesa. Prova Brasil 2007 e 2011

	2007		2011	
	Nº de Alunos	% de Alunos	Nº de Alunos	% de Alunos
Abaixo do Básico	3	0,7	1	0,2
Básico	439	99,3	528	99,6
Adequado	0	0	1	0,2
Avançado	0	0	0	0
Total	442	100	530	100

Fonte: MEC/Inep

Em Língua Portuguesa, tanto em 2007 quanto em 2011, praticamente 100% das escolas se encontram no nível *Básico*, situação bem distinta do retrato feito a partir da distribuição da proficiência dos alunos, pois nesse nível encontravam-se 55% dos estudantes. Em *Abaixo do Básico*, quase 30% dos alunos em 2007 e 22% em 2011, e, pelas médias das escolas, nem 1% são registradas nesse patamar. No *Adequado* e *Avançado*, apesar de haver um percentual de alunos entre 15% e 23% nas respectivas edições da Prova Brasil, quando tomamos a proficiência média, nota-se que praticamente inexistem escolas nesses níveis.

Em Matemática, a tendência é semelhante, como se vê na tabela 5. Mais de 80% das escolas, tanto em 2007 como em 2011, possuem média equivalente ao nível *Básico*, enquanto, entre os alunos, encontramos nesse patamar pouco mais da metade deles. Situação mais preocupante se dá em relação aos alunos que estão *Abaixo do Básico* - mais de um terço da Rede nas duas aferições - embora a média das escolas indique modestos 18,1% em 2007 e 12,3% em 2011.

Tabela 5 – Distribuição das Médias das Escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Matemática. Prova Brasil 2007 e 2011

	2007		2011	
	Nº de Alunos	% de Alunos	Nº de Alunos	% de Alunos
Abaixo do Básico	80	18,1	65	12,3
Básico	362	81,9	465	87,7
Adequado	0	0	0	0
Avançado	0	0	0	0
Total	442	100	530	100

Fonte: MEC/Inep

Esses retratos revelam que a média das escolas pode “esconder” a diversidade relativa ao desempenho dos alunos; logo, tomar isoladamente a média das escolas, como induz a divulgação do IDEB, pode camuflar a extensão da variabilidade de proficiências, evidenciando, assim, uma das limitações do conceito de qualidade do índice.

Se, por um lado, as médias das escolas indicam uma melhoria na proficiência em língua portuguesa e matemática, o mesmo não pode ser afirmado quando observamos as médias dos alunos da Rede. Assim, este estudo demonstra o importante exercício que deve ser empreendido, principalmente pelos gestores do sistema, quando se pretende democratizar o conhecimento no interior das escolas públicas, pois a observação pura e simples da média das escolas pode escamotear o que realmente acontece em termos de apreensão e domínio das competências e habilidades dos alunos. E, com efeito, isso demanda a apreensão dos resultados expressos na distribuição dos alunos ao longo da escala de proficiência, pois são os dados que evidenciam, ainda que relativamente ao pretérito, as diferenças entre os alunos, algo que, senão eliminado, deveria ser fortemente atenuado.

Outro exercício empreendido neste estudo foi a análise comparativa entre as três escolas dos anos iniciais do ensino fundamental, que alcançaram as maiores notas no IDEB em 2005 (A, B e C) e as três que tiveram as notas mais baixas (D, E e F), para acompanharmos a sua evolução ao longo das aferições.

Mas, antes de examinarmos a Tabela 6, é importante frisar que tais escolas, não tinham em 2005, nos anos finais do ensino fundamental, os maiores e menores IDEB da RME-SP. Todavia, as escolas A, B e C estavam entre as instituições com os índices mais altos, ao passo que, das escolas D, E e F, apenas a escola E encontrava-se entre aquelas que possuíam os índices mais baixos. A escola D ficou situada em uma região mediana e a F pouco abaixo dessa região.

Tabela 6 – IDEB, Rendimento e Nota Padronizada na Prova Brasil das Escolas. 2005-2011

Escola	IDEB 2005	R 2005	N 2005	IDEB 2007	R 2007	N 2007	IDEB 2009	R 2009	N 2009	IDEB 2011	R 2011	N 2011
A	5,1	0,98	5,18	5,4	0,95	5,63	5,3	0,96	5,48	5,1	0,97	5,25
B	4,9	0,99	4,97	5,0	0,94	5,28	5,2	0,95	5,46	5,6	0,97	5,77
C	4,9	1,00	4,95	4,8	0,96	4,99	5,1	0,98	5,18	5,0	0,97	5,17
D	3,9	0,91	4,25	3,7	0,85	4,36	4,5	0,95	4,79	4,3	0,95	4,54
E	3,0	0,78	3,87	2,9	0,80	3,67	3,6	0,91	3,95	3,3	0,96	3,46
F	3,7	0,91	4,02	3,5	0,86	4,08	3,8	0,95	4,04	3,6	0,92	3,94

Fonte: MEC/Inep

Chama a atenção o fato de que, das seis escolas, a única que manteve crescimento contínuo no IDEB foi a B. As demais escolas apresentaram oscilações, de modo que somente a D e a E aumentaram seu índice em mais de 0,1 ponto, comparando-se 2005 com 2011. As escolas A, C e F, tomando-se ainda como referência 2005, praticamente voltaram a esse patamar em 2011, com maior ou menor oscilação nesse percurso.

Em termos de nota padronizada, apenas a escola B, novamente, teve crescimento contínuo ao longo das edições. Quanto ao rendimento, a escola E, em 2005, destoava das demais, pois sua taxa de aprovação era menor que 80%, ao passo que as demais estavam acima de 90%. Em 2011, porém, o rendimento das seis escolas se encontrava acima dos 90%, o que revela melhoria no que diz respeito a esse componente do IDEB.

Este estudo evidencia a complexidade existente no processo de escolarização dentro da mesma rede de ensino. O que coloca para gestores, de redes e escolares, o desafio de conhecer a realidade na qual suas responsabilidades são sublinhadas e, para tanto, a disponibilidade e o tratamento de dados quantitativos se constituem em ponto de apoio incontornável, condição para uma atuação mais precisa.

A essas análises, agregamos outra discussão: a da relação entre desempenho escolar e nível socioeconômico (NSE), tema muito presente nas pesquisas educacionais, especialmente a partir dos anos 60, em virtude do clássico estudo de Coleman et al. (1966), que identificou forte correlação positiva entre os fatores extraescolares e o desempenho das escolas, evidenciando o impacto das desigualdades sociais nas escolares. Por essa razão, consideramos neste estudo o indicador de NSE das escolas de educação básica do país, criado por Alves e Soares(2012); e disponibilizados para os autores por Alves, Soares e Xavier (2012), a fim de balizar as análises das escolas da RME-SP com os maiores e menores IDEB.

De acordo com Alves e Soares (2012, p. 5), o NSE “é um construto teórico que sintetiza as características dos indivíduos em relação à sua renda, ocupação e escolaridade, permitindo a criação de estratos ou classes de indivíduos semelhantes em relação a estas características”. A sua construção se deu a partir dos dados das avaliações em larga escala realizadas pelo Inep nos últimos anos (Saeb 2001 a 2005, da Prova Brasil 2005 a 2009 e Enem 2007 a 2009), que englobam testes padronizados e questionários contextuais sobre os atributos sociodemográficos dos alunos e seus familiares. Ancorado nesse banco de dados, os autores afirmam que “o índice de NSE produzido reflete uma ordenação que descreve de forma fidedigna a realidade socioeconômica das escolas incluídas na base de dados” (ALVES ; SOARES, 2012, p. 28).

No trabalho de Alves, Xavier e Soares (2013), a escala de -3 a +3, expressando desvios padrão, foi convertida para outra, que varia de 0 a 10. Não obstante, é preciso advertir, que o escore 0 em tal escala não corresponde ao grupo cujo NSE é nomeado como *mais baixo*, pois, como ressaltam os autores, é improvável que as escolas tenham seu NSE médio situado nos extremos da escala, visto que tal situação só seria possível se todos os alunos tivessem os valores máximos ou os mínimos dos itens pesquisados, que tratam de bens de consumo, renda familiar, escolaridade e ocupação dos pais.

Para ampliar as possibilidades de comparação, vamos considerar o nível socioeconômico (NSE) médio de cada uma das escolas em nossas análises, conforme Tabela 7, não sem antes salientar que o referido indicador de NSE, como dito anteriormente, utilizou os microdados da Prova Brasil de 2005, 2007 e 2009 para sua construção, de modo que apenas os de 2011 não foram usados.

Tabela7 – NSE médio, IDEB, Rendimento e Nota Padronizada na Prova Brasil das Escolas

Escola	NSE	Anos Iniciais			Anos Finais		
		IDEB 2011	R 2011	N 2011	IDEB 2011	R 2011	N 2011
A	Alto (6,3)	5,8	0,96	5,99	5,1	0,97	5,25
B	Médio-Alto (6,2)	5,3	0,97	5,52	5,6	0,97	5,77
C	Médio-Alto (6,0)	5,3	0,97	5,44	5,0	0,97	5,17
D	Médio (5,1)	5,0	0,98	5,07	4,3	0,95	4,54
E	Médio (4,9)	4,1	0,98	4,16	3,3	0,96	3,46
F	Médio (5,0)	3,9	0,89	4,38	3,6	0,92	3,94

Fonte: Alves, Soares e Xavier (2012) e MEC/Inep

Corroborando a literatura sobre desigualdade social e desigualdade escolar, nota-se, nos anos iniciais do ensino fundamental, indícios de correlação positiva entre o desempenho dos alunos, e, por conseguinte, da escola e seu nível socioeconômico. Essa relação pode explicar, em parte, uma das razões que contribuíram para as escolas A, B e C terem um bom resultado no IDEB nesta etapa do ensino: abrigar alunos de maior NSE. Por outro lado, é importante notar que escolas situadas dentro do mesmo nível socioeconômico, tais como a B e a C ou a D e a E nos anos finais do ensino fundamental, podem apresentar diferenças consideráveis tanto nas notas padronizadas quanto no próprio IDEB, o que aponta para relevância dos fatores intraescolares na produção do desempenho dos alunos.

Analisando um dos componentes do IDEB por outro ângulo, cotejamos as médias das proficiências obtidas pelos alunos, nos anos finais do ensino fundamental, na Prova Brasil por escolas, retomando os níveis de desempenho elaborados pela SME-SP, distribuindo o total de alunos em cada nível alcançado. Tomamos como referência os anos de 2007 e 2011 para a composição da Tabela 8, à página seguinte.

Observando-se a porcentagem da distribuição do total de alunos por escola em Língua Portuguesa, percebe-se, de 2007 para 2011, uma diminuição do número de alunos nos níveis *Abaixo do Básico* e *Básico* nas escolas B e C; certa estabilidade nas D e E, e um pequeno aumento na A e na F.

Assim, nota-se que o desempenho das escolas A e F caiu ligeiramente, o da D e da C se mantiveram praticamente no mesmo patamar e o das escolas B e C melhorou, como revela a variação do percentual de alunos nos níveis *Adequado* e *Avançado*. Merece destaque a escola B, que em 2007 não tinha qualquer aluno no nível *Avançado* e, em 2011, passou a contar com 20% dos estudantes nesse nível.

Esse quadro mostra as dificuldades que as escolas enfrentam na busca pela melhoria da proficiência em Língua Portuguesa, já que, das seis, apenas duas aumentaram seu desempenho e, destas apenas uma o aumentou consideravelmente. Por outro lado, a distância entre as escolas A, B e C em relação às D, E e F continuou relevante, o que indica a reprodução da desigualdade entre elas ou, até seu aumento, se pensarmos que somente as escolas B e C conseguiram melhorar seu desempenho.

Tabela 8 – Níveis de Desempenho das Escolas. Língua Portuguesa. Prova Brasil 2007 e 2011

		A		B		C		D		E		F	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2007	Abaixo do Básico	9	11,5	7	13,0	14	15,7	33	29,7	18	52,9	28	40,6
	Básico	30	38,5	27	50,0	49	55,1	58	52,3	12	35,3	33	47,8
	Adequado	32	41,0	20	37,0	25	28,1	18	16,2	3	8,8	7	10,1
	Avançado	7	9,0	0	0	1	1,1	2	1,8	1	2,9	1	1,4
	Total	78	100	54	100	89	100	111	100	34	100	69	100
	Missing Value	0		0		0		0		0		0	
2011	Abaixo do Básico	11	18,0	2	3,0	20	15,0	26	22,0	36	57,1	32	33,7
	Básico	23	37,7	26	39,4	67	50,4	72	61,0	20	31,7	54	56,8
	Adequado	22	36,1	24	36,4	40	30,1	18	15,3	6	9,5	9	9,5
	Avançado	5	8,2	14	21,2	6	4,5	2	1,7	1	1,6	95	0
	Total	61	100	66	100	133	100	118	100	63	100	36	100
	Missing Value	9		14		18		18		23		32	

Fonte: MEC/Inep

O mesmo exercício, quando aplicado em relação à Matemática, mostra uma situação semelhante, como podemos ver na Tabela 9.

Tabela 9 – Níveis de Desempenho das Escolas. Matemática. Prova Brasil 2007 e 2011

		A		B		C		D		E		F	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2007	Abaixo do Básico	8	10,3	8	14,8	23	25,8	45	40,5	20	58,8	35	50,7
	Básico	50	64,1	35	64,8	57	64,0	62	55,9	11	32,4	30	43,5
	Adequado	18	23,1	9	16,7	8	9,0	2	1,8	3	8,8	4	5,8
	Avançado	2	2,6	2	3,7	1	1,1	2	1,8	0	0	0	0
	Total	78	100	54	100	89	100	111	100	34	100	69	100
	Missing Value	0		0		0		0		0		0	

2011	Abaixo do Básico	12	19,7	10	15,2	26	19,5	38	32,2	44	69,8	55	57,9
	Básico	35	57,4	38	57,6	85	63,9	74	62,7	18	28,6	38	40,0
	Adequado	12	19,7	17	25,8	18	13,5	6	5,1	1	1,6	2	2,1
	Avançado	2	3,3	1	1,5	4	3,0	118	0	63	0	95	0
	Total	61	100	66	100	133	100	18	100	23	100	36	100
	Missing Value	9		14		18		136		86		55	

Fonte: MEC/Inep

Novamente, as escolas B e C melhoraram seu desempenho, a D aumentou ligeiramente, em contraste com as outras duas, o que significa que diminuíram o percentual de alunos nos níveis *Abaixo do Básico* e *Básico* e o aumentaram nos níveis *Adequado* e *Avançado*. Já nas demais escolas, o desempenho diminuiu ligeiramente. Em relação à desigualdade de desempenho entre os dois grupos de escolas (A, B e C *versus* D, E e F), do mesmo modo que em Língua Portuguesa, percebe-se que esta se manteve considerável entre as duas edições, o que, possivelmente, remete novamente às diferenças de nível socioeconômico existente entre elas.

Longe de esgotar todas as alternativas de reflexão sobre os dados e resultados produzidos e disponibilizados pelo Inep, as análises aqui delineadas pretendem, por um lado, ressaltar as limitações da concepção de qualidade intrínseca ao IDEB, principalmente quando observado somente como média, e, por outro, valorizar a iniciativa enquanto instrumento capaz de produzir informações fundamentais para a melhoria do ensino e, nesse sentido, pleno de potencial para contribuir com a construção de uma escola pública que se esforça para, cada vez mais, viabilizar o sucesso de todos os alunos.

CONCLUSÕES

Análises exploratórias sobre os resultados das escolas, das redes e dos alunos a partir do estudo dos dados disponibilizados pelo IDEB, principalmente quando observados nas suas séries históricas, podem fazer a diferença para a escola analisar o trabalho que tem sido desenvolvido e o que é preciso mudar para cumprir mais amplamente seu papel de ensinar todos os seus alunos.

Destacamos, com base nos dados gerados e disponibilizados pelo IDEB na internet, algumas possibilidades reflexivas que os gestores educacionais e escolares, juntamente com os profissionais das escolas, podem empreender nos espaços pedagógicos e no cotidiano da escola de modo a lançar luzes sobre o trabalho que é realizado, com o objetivo de avaliá-lo e, a partir desse movimento, estabelecer as metas e prioridades para a continuidade das ações coletivas da escola na constante busca da melhoria da sua qualidade.

A avaliação externa, especialmente a Prova Brasil e sua articulação com a aprovação, como examinada aqui, fornece dados que, se apropriados de forma compreensiva, podem revitalizar os contornos da escola no seu mais fiel sentido de “pública”, que é o de realizar, na sociedade democrática, sua função social de garantir ensino com aprendizagem para todos os seus alunos. A avaliação da escola e a reflexão sobre sua realidade, porém, não podem esgotar-se na avaliação externa nem nas taxas de aprovação, mas podem tomá-las como ponto de partida rumo a sua avaliação institucional, a sua autoavaliação.

Os retratos mostrados em formas de tabelas revelam a presença de estudos que aprofundem os dados do IDEB para além daqueles divulgados pela grande imprensa, pois a média das escolas pode “esconder” a diversidade relativa ao desempenho dos alunos. Tomar isoladamente a média das escolas pode camuflar a extensão da variabilidade de proficiências e encobrir alunos que precisam de atenção e mais cuidado na sua aprendizagem. Este estudo demonstra, portanto, o importante exercício que deve ser empreendido quando se pretende democratizar o conhecimento no interior das escolas públicas, pois a observação pura e simples da média das escolas pode escamotear o que acontece realmente em termos de apreensão e domínio das competências e habilidades.

A avaliação como analisada neste estudo é um processo e uma condição necessários para que se possam estabelecer e acompanhar metas qualitativas e quantitativas e verificar se essas últimas são atingidas. Com este olhar, a avaliação, é capaz de fomentar nas escolas e nas redes uma interpelação sistemática sobre a qualidade de suas práticas e dos seus resultados e reforçar a capacidade das escolas para desenvolverem a sua autonomia, regulando o funcionamento do sistema educativo. Portanto, não se trata de desprezar as avaliações, tão pouco seus resultados; cabe, antes, analisar os processos avaliativos objetivando compreender seus limites e ressaltar suas potencialidades, principalmente aquelas que podem contribuir para a construção de alternativas pedagógicas para as políticas educacionais e para as escolas cumprirem suas funções na sociedade democrática de oferecer educação pública de qualidade para todos seus alunos e alunas.

As análises dos dados da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, aqui apresentadas, evidenciam a possibilidade de, a partir do conhecimento e estudo dos resultados do IDEB em todas as aferições já elaboradas, desencadear um combate político pela redução drástica das diferenças observadas no interior de uma mesma rede.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. **O nível socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras**. Belo Horizonte: Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME); São Paulo: Instituto

Unibanco, 2012.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. **O nível socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras:** Banco de Dados, versão 2. Belo Horizonte: Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME); São Paulo: Instituto Unibanco, 2012.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; XAVIER, Flávia Pereira; SOARES, José Francisco. **Nota Técnica:** conversão da escala do NSE médio das escolas e criação de grupos. Belo Horizonte: Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME), 2013.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, Brasília: 25 jun. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, Brasília: 24 abril 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria Inep Nº 149, de 16 de junho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 116, Seção 1, p. 24-25, 17 jun. 2011.

COLEMAN, James S. et al. **Equality of Educational Opportunity.** Washington: US Government Printing Office, 1966.

DOURADO, Luiz Fernandes (Coord.). **A qualidade da educação:** conceitos e definições. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2007. 65 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 24).

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2007. 26 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 26).

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alícia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 100, especial, p. 989-1014, out. 2007.

CRISTIANE MACHADO possui Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1995) e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2003). Tem experiência docente na graduação e pós-graduação e na gestão de sistemas públicos de educação. Atua nas áreas de: Avaliação Educacional, Política Educacional, Gestão da Educação, Formação Docente e de Gestores Públicos. Participa do GEPAVE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional) na Faculdade de Educação da USP. É Docente do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí - Univás, em Pouso Alegre - MG. E-mail: cristiane13machado@yahoo.com.br

OCIMAR MUNHOZ ALAVARSE cursou Engenharia Eletrônica na Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, de 1978 a 1982. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos-SP (1984). Mestre (2002) e Doutor (2007) em Educação pela Universidade de São Paulo. Trabalhou como Técnico de Desenvolvimento Profissional no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo (Senac SP), de 1988 a 1994, e como Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, de 1995 a 2008. Atualmente é professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), onde coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (Gepave), investigando, principalmente, sobre os temas de ciclos, progressão continuada, gestão educacional e avaliação educacional. E-mail: ocimar@usp.br

ADOLFO SAMUEL DE OLIVEIRA é Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela FFLCH-USP, Licenciado em Pedagogia pela Uninove, Especialista em EaD pela UFF e Mestre e Doutorando em Educação pela FE-USP. Em pesquisa, tem experiência nas seguintes áreas: processos de socialização, formação continuada de professores, regimes de organização do ensino escolar e avaliação da educação básica. Profissionalmente, atuou como gestor de sistema de ensino municipal e professor de educação básica. E-mail: adolfoso@usp.br

Recebido em abril de 2014

Aprovado em fevereiro de 2015